



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

SÃO MIGUEL DO ALEIXO/COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO ALEIXO
Av. João Alves Filho, Bairro Centro, São Miguel do Aleixo/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202082300200	Distribuição: 30/10/2020
Número Único: 0000195-95.2020.8.25.0071	Competência: São Miguel do Aleixo/Comarca de Ribeirópolis
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Seguro

Dados das Partes

Requerente: JOSE ALEX SANTOS
Endereço: POVOADO VARZEA DO EXU
Complemento:
Bairro: AREA RURAL
Cidade: SAO MIGUEL DO ALEIXO - Estado: SE - CEP: 49535000
Requerente: Advogado(a): PAULO SÉRGIO SANTOS ALMEIDA 7333/SE
Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: (5º Andar)
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

**SÃO MIGUEL DO ALEIXO/COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO ALEIXO
Av. João Alves Filho, Bairro Centro, São Miguel do Aleixo/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

SÃO MIGUEL DO ALEIXO/COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO ALEIXO
Av. João Alves Filho, Bairro Centro, São Miguel do Aleixo/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202082300200

DATA:

30/10/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202082300200, referente ao protocolo nº 20201030124402214, do dia 30/10/2020, às 12h44min, denominado Procedimento Comum, de Seguro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**AO JUÍZO DO DISTRITO JUDICIÁRIO DE SÃO MIGUEL DO ALEIXO –
COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS – ESTADO DE SERGIPE.**

JOSÉ ALEX SANTOS, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG 54.497.248-X SSP/SE e CPF 053.626.465-16, residente e domiciliado no Povoado Varzea do Exu, s/n, área rural, São Miguel do Aleixo/SE, CEP 49535-000 **(comprovante de residência em nome da esposa)**, sem endereço de e-mail, por intermédio de seu procurador e advogado que esta subscreve com forme instrumento procuratório em anexo, com incomensurável respeito e acatamento à honrosa e digna presença de Vossa Excelência vem requerer:

AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT

Em face da **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74 12º andar, centro Rio de Janeiro/RG, CEP 20031-205, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis à matéria pelas razões adiante expostas:



**PRELIMINARMENTE
DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

O autor não tem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, razão pela qual pleiteia o benefício da justiça gratuita com fundamento no artigo 98 do Código de Processo Civil, comprovando a sua hipossuficiência com o documento do cartão do Bolsa Família da sua esposa, demonstrando a renda familiar abaixo de dois salários mínimos, permitindo, assim, a concessão da gratuidade de justiça.

Ressalta-se que o NCPC traz no seu artigo 99, § 2º, que o juiz somente indeferirá o pedido de gratuidade de justiça se verificar nos autos indícios que afastem essa possibilidade. Ademais, no § 3º do mesmo artigo, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. **Portanto, há uma presunção *juris tantum* de veracidade da alegação de hipossuficiência, competindo à parte adversa, nos termos do art. 100 do CPC a produção de provas capazes de afastar a presunção relativa. Ademais, ainda nesse sentido, vale destacar o art. 374, IV do novel Código de Processo Civil, o qual preceitua que não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade, como é o caso do pedido de gratuidade da justiça feito por pessoa natural.**

DOS FATOS E DO DIREITO

Na data de 08 de fevereiro de 2020, às 08h27min, o autor sofreu um grave acidente de trânsito que lhe causou fratura na perna esquerda e no 5º quirodáctilo esquerdo, com limitações funcionais importantes.

Os documentos médicos informam que o autor teve sequelas em duas regiões: **(i)** sequela em coxa e joelho esquerdo, considerando-se, portanto, membro inferior esquerdo, com presença de grande e dolorosa cicatriz no joelho e



coxa esquerda distal, com instabilidade lateral do joelho; **(ii)** cicatriz na mão esquerda e fratura consolidada viciosamente com desvio lateral do 5º quirodáctilo esquerdo, com limitação funcional importante.

Resultando assim invalidez. Tudo em conformidade com a documentação ora acostada.

Submetido a tratamento conservador, segundo relatório médico ora acostado, o autor requereu junto à empresa requerida o pagamento do seguro DPVAT, visto que sua condição enquadra-se nas situações previstas nas hipóteses de concessão do pagamento deste seguro, conforme Lei 6.194/74, com alteração da Lei 11.945/09.

Após o envio de toda a documentação necessária, foi instaurado o processo administrativo – Sinistro nº. 3200165757, resultando assim no pagamento de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais) correspondentes a indenização, conforme documento ora exibido.

Destarte, ante o pagamento parcial de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais) resta provado que a seguradora reconheceu a invalidez do autor. Caso contrário, não teria disponibilizado a importância anteriormente citada e creditado na conta bancária em nome do autor.

Restando assim evidente a confissão extrajudicial da requerida, haja vista possuir a mesma eficácia de prova técnica.

Havendo o reconhecimento da invalidez, comprovada com os documentos anexos e com a confissão extrajudicial da requerida quando realizou o pagamento parcial administrativamente, cabe nesse momento avaliar o grau da invalidez diante a lesão sofrida pelo autor decorrente do acidente automobilístico.

A Lei 6.194/74, com alteração da Lei 11.945/09 regulou a graduação de invalidez da vítima de acidente de trânsito

Ademais, é preciso destacar que a medida provisória nº 451/2008, posteriormente convertida na Lei 11.945/2009, regulou a graduação de invalidez da vítima de acidente de trânsito passando o artigo 3º, parágrafo primeiro, incisos I e II dizer:



Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). **(grifo nosso)**.

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média



repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (grifo nosso).

Pela narrativa fática, o autor sofreu uma fratura de clavícula direita, ou seja, ombro direito, adquirindo uma sequela de natureza permanente parcial e completa de membro inferior esquerdo e do 5º quirodáctilo esquerdo. Sendo assim pela perda funcional do membro inferior esquerdo, o correto enquadramento na tabela com o grau a 70% (setenta por cento) sobre o total do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e quanto a outra lesão, dedo da mão, 10% (dez por cento) sobre o valor total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Com os graus das sequelas apresentados, resta analisar os valores realmente devidos ao autor.

No processo administrativo junto à requerida o autor recebeu a quantia de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), quando deveria ter recebido as seguintes quantias, conforme razão de cálculo:

R\$ 13.500,00 x 70% = R\$ 9.450,00,
(aplicação art. 3º, § 1º, **inciso I**, Lei 11.945/09).

R\$ 13.500,00 x 10% = R\$ 1.350,00,
(aplicação art. 3º, § 1º, **inciso I**, Lei 11.945/09).

Assim, o autor deveria ter recebido a quantia de R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais), em detrimento às duas sequelas, no entanto somente recebeu a quantia de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), restando receber a título de complementação da indenização do seguro DPVAT a quantia de R\$ 10.425,00 (dez mil quatrocentos e vinte e cinco reais).



CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Em situações de invalidez parcial, é correta a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT. Precedente. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no Ag: 1368795 MT 2010/0203961-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 12/04/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/04/2011).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPLETA. A atual interpretação da Lei n. 6.194/74 é feita através da redação da Lei n. 11.482/07, que, em seu art. 3º, inc. II, alterou a legislação anterior ao fixar, para o caso de invalidez permanente, a indenização em R\$ 13.500,00, possibilitando o pagamento proporcional ao grau de invalidez. No caso, o médico perito que firma o Auto de Exame de Corpo de Delito (fl. 17) atesta invalidez permanente parcial completa, com perda funcional completa de um dos membros superiores, o que autoriza o pagamento do percentual de 70% a título de indenização. Situação em que a ré não comprovou, efetivamente, que as lesões demandavam percentual menor de indenização. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004450219, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Behrendorf Gomes da Silva, Julgado em 24/07/2013) (TJ-RS - Recurso Cível: 71004450219 RS, Relator: Roberto Behrendorf Gomes da Silva, Data de Julgamento: 24/07/2013, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 26/07/2013).



JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS. SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBRO INFERIOR. GRAU AVANÇADO. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL À LESÃO SOFRIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EVENTO DANOSO. 1. O recebimento parcial da indenização não importa em renúncia se esta não for expressa e não revelar circunstâncias que demonstrem consciência e liberdade. 2. Aplica-se o percentual de 70% do valor máximo da cobertura securitária - previsto no art. 3º da Lei 6.194/74 - para o caso de perda anatômica e/ou funcional permanente de um dos membros inferiores em grau avançado. 3. "Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso" (AgRg no AREsp 46024/PR). 4. Recurso conhecido e não provido. 5. Condeno o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação. 6. Acórdão lavrado nos termos nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. (TJ-DF - ACJ: 20140910023213 DF 0002321-24.2014.8.07.0009, Relator: EDI MARIA COUTINHO BIZZI, Data de Julgamento: 29/07/2014, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 01/08/2014 . Pág.: 368).

Acidentária – Servente de limpeza – Coluna lombar – Membros superiores (ombros, cotovelos punhos e dedos) - membros inferiores (joelho direito, tornozelos e pés) - Laudo pericial conclusivo no sentido da ausência de incapacidade laboral - Renovação da prova pericial – Realização de exames complementares - Conversão do julgamento em diligência desnecessário - Improcedência do pedido – Sentença mantida. (TJ-SP - APL: 10189543020148260053



ALMEIDA & RABELO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

SP 1018954-30.2014.8.26.0053, Relator: João Antunes dos Santos Neto, Data de Julgamento: 15/09/2015, 16ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 18/09/2015).

Portanto, restando provado mediante documentação ora exibida, informando a invalidez sofrida, consoante se depreende dos documentos ora acostados, a seguradora disponibilizou ao requerente o valor de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), quando deveria ter pagado a importância de R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais). Portanto, **resta pagar ao autor o valor complementar do seguro obrigatório que corresponde a R\$ 10.425,00 (dez mil quatrocentos e vinte e cinco reais) a título complementação de seguro obrigatório – DPVAT.**

No tocante aos juros de mora, estes são devidos a contar da citação e fluirão à taxa de 1% ao mês, conforme artigos 405 e 406 do Código Civil e Súmula nº 426 do STJ: “*Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação*”.

Quanto à correção monetária, segundo a súmula 580 do STJ “a correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do artigo 5º da Lei 6.194/74, redação dada pela Lei 11.482/07, incide desde a data do evento danoso”.

DO PEDIDO

Assim ante o exposto requer a Vossa Excelência:

A citação da empresa requerida no endereço declinado no preâmbulo desta para querendo contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão;

A procedência total da presente ação, condenando a requerida a pagar ao autor a importância de R\$ 10.425,00 (dez mil quatrocentos e vinte e cinco reais) a título de complementação de seguro obrigatório – DPVAT, a ser corrigido



monetariamente a partir do evento danoso, conforme súmula 580 do STJ, com base no INPC, e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a partir da data de citação, nos termos da Súmula nº. 426 do STJ;

O benefício da justiça gratuita nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil, por ser o requerente pobre e não poder arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem o comprometimento do sustento próprio e de sua família;

O autor não tem interesse na realização da audiência de conciliação.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas permitidos em Direito, em especial prova pericial, documental, testemunhal e depoimento pessoal do Autor.

Dá-se à causa o valor de R\$ 10.425,00 (dez mil quatrocentos e vinte e cinco reais).

Nestes Termos

Pede Deferimento.



Paulo Sérgio Santos Almeida

OAB/SE 7333



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: José Alex Santos, brasileiro, casado, portador do CPF 053.626.465-16, residente e domiciliado no Povoado Varzea do Exu, s/n, área rural, São Miguel do Aleixo/SE, CEP 49535-000.

OUTORGADO: PAULO SÉRGIO SANTOS ALMEIDA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-SE 7333, portador do CPF 030.763.365-92, com endereço profissional à Avenida Leandro Maciel, 859, Ribeirópolis/SE.

PODERES: Pelo presente instrumento de procuração, o(a) outorgante sub firmado, constitui seus procuradores conferindo-lhes todos os poderes em direito permitidos, inclusive os contidos na cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", bem como os enumerados na parte final do artigo 105 do Código de Processo Civil para o foro em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, ou fora destes, na assinatura de contratos e/ou distrato, podendo propor contra quem de direito as ações competentes, defende-los (nas) contrárias, seguindo umas as outras até a final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, praticando todos os demais atos judiciais que se fizerem necessários, tais como transigir, desistir, variar de ações, alegar, recorrer de despachos, sentenças e acórdãos, inclusive, receber qualquer quantia em dinheiro ou cheque, assinar recibos, dar quitação geral e irreversível, requerer alvará substabelecer, com ou sem reserva de poderes, praticando, enfim, todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, especialmente para requerer

Ribeirópolis/SE, 23 de julho de 2020.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL 54.497.248-X DATA DE
EXPEDIÇÃO 15/OUT/2010

NOME JOSE ALEX SANTOS

FILIAÇÃO MARIA ALBINA DOS SANTOS

NATURALIDADE RIBEIROPOLIS -SE DATA DE NASCIMENTO 20/FEV/1983

DOC. ORIGEM LIMEIRA SP
LIMEIRA
CC:LV.B15 /FLS.58 /N.002678

CNPJ

Jose Alex Santos
ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 0774-0

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RUA DO COMPLETO 100

PROIBIDO PLASTIFICAR

Jose Alex Santos
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

BANCO DO BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF
Cadastro de Pessoas Físicas

053.626.465-16

Nome
JOSE ALEX SANTOS

20/02/1983

ROSEILDE FRANCISCA DE SANTANA SANTOS
POV. VARZEA DO EXU, S/N - ÁREA RURAL
SAO MIGUEL DO ALEIXO / SE CEP 42535003 (AG 30)
CPF/CNPJ/RANI 190 289 789-52



Grupo CONVENCIONAL BAI/TA TENSÃO / Subgrupo B1
Classe RES.MTC.B1 / Subclasse BAIXA RENDA
Ligação MONOFÁSICO
Rótulo 9-17C-350-75 Nº Medidor N1048428193

UNIDADE CONSUMIDORA (UC)
3/710698-2

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 00007100922



VALOR DA FATURA
R\$ 16,10



VENCIMENTO
22/04/2020



REFERÊNCIA
Abr / 2020



CONSUMO **59kWh**
2,03 kWh
MÉDIA TÁRIFA

SITUAÇÃO DE DÉBITOS

Sujeito a corte!

Recurso de vencimento
Seu fornecimento poderá ser suspenso
a partir de 29/04/20
Regularize seus débitos

FATURAS EM ATRASO

14/04/20 R\$37,11

DESCRIPTIVO

CCI	Descrição	Quant	Tarifa/ Tributos	Valor Base Calc. Total (R\$)	Alíq. ICMS ICMS (R\$)	ICMS Base Calc. (R\$)	PIS(PIS/COFINS) (R\$)	PIS(PIS/COFINS) (R\$)	PIS(PIS/COFINS) (R\$)
0501	Consumo até 30kWh-BR	30	0,000000	0,30	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0501	Consumo 31 a 100kWh-BR	29	0,000000	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0510	Suporte			31,32	0,00	0	0,00	31,32	0,27
0607	LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			14,59	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0608	CONTRIBUIÇÃO PÚBLICA			22,81	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0609	Devolução Suporte								

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 15,10 0,00 0,00 31,32 0,27 1,24
Tarifa/ Tributos: Até 30kWh 0,000000 Até 100kWh 0,000000
RESERVADO AO FISCO 1cc4.0c43.2cda.9dc5.dfec.4043.afa7.4248

Abri19	83	Descrição	Valor (R\$)	%
Maio19	80	Serviços de Dist. de Energia DE	0,00	0,00
Jun19	79	Carga de Energia	0,00	0,00
Jul19	72	Serviço de Transmissão	0,00	0,00
Ago19	64	Encargos Relativos	0,00	0,00
Sep19	61	Impostos Diretos e Encargos	15,10	100,00
Out19	60	Outros Serviços	0,00	0,00
Nov19	59			
Dez19	58			
Jan20	57			
Fev20	56			
Mar20	55			
Med19	54			

LEITURAS

Anterior 15/03/20 9139
Atual 14/04/20 9187
Consumo 59kWh
Período 30 dias
Constante do medidor 1

PRÓXIMA LEITURA
14/05/2020

MENSAL	APURADO TRIMESTRE	ANUAL	LIMITE DE TENSÃO (V)
11,45	0,12	22,90	45,60
7,67	2,00	15,34	30,68
0,29			
16,80			

META
Mantém-se o cliente focado em energia - 0,00
Veículos que o cliente foca em energia - 0,00
Durante o período de interrupção de energia - 0,00
Durante o período de interrupção de energia - 0,00

- Conforme MP 850/20 os clientes beneficiários da Tarifa Social Baixa Renda, com consumo até 228 kWh terão direito a 100% de desconto na tarifa do consumo de energia elétrica, entre 1º de abril a 30 de junho de 2020. Valores relacionados ao ICMS, PIS/COFINS e Contribuição de Iluminação Pública serão cobrados na conta conforme legislação Estadual, Federal e Municipal.
- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
- Para preservar sua saúde, a Energisa está pronta para atender pelos canais virtuais: site, App Energisa ON e WhatsApp (73)99101-0719.
- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 28/04/2020. Conforme Resolução 454 da ANEEL. O pagamento após esse data não elimina a possibilidade de devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplência.
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$29,81 Atuação. A responsabilidade pela iluminação pública é do município.

ENERGISA SERGIPE DISTRIB ENERGIA SA - Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inocência, Barão de Araçuaí/SE - CEP 48040-100 - CNPJ 13.017.482/0001-63 - Ins. Est. 270.787.438
Nota Fiscal/ Conta de Energia Elétrica Nº 022.963.105 - Emissão 14/04/2020

Esta NOTA FISCAL / CONTA DE ENERGIA fica disponível para consulta e pagamento a partir de 14/04/2020

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL
00190.00009 03087.893008 06808.438177 6 823300000001610

PAGADOR: ROSEILDE FRANCISCA DE SANTANA SANTOS - CPF/CNPJ 190 289 789-52
POV. VARZEA DO EXU, S/N - ÁREA RURAL
SAO MIGUEL DO ALEIXO / SE CEP 42535003

Nosso Nr	Nº Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
30879930000000436	000710698202004	22/04/2020	R\$ 16,10	

BENEFICIÁRIO: ENERGISA SERGIPE DISTRIB ENERGIA SA CNPJ 13.017.482/0001-63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS



CERTIDÃO DE CASAMENTO
RELIGIOSO COM EFEITO CIVIL

NOME:

JOSÉ ALEX SANTOS
ROSEILDE FRANCISCA DE SANTANA

NATR:COLA:

116137 01 55 2010 3 00015 058 0002678 28

NOMES COMPLETOS, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÃO DOS CONJUGES
JOSÉ ALEX SANTOS, nacionalidade brasileira, nascido em
Ribeirópolis, Estado de Sergipe, a 20 de fevereiro de 1983,
filho de MARIA ALBINA DOS SANTOS.

ROSEILDE FRANCISCA DE SANTANA, nacionalidade brasileira,
nascida em São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, a 12 de
agosto de 1971, filha de PEDRO FRANCISCO DE SANTANA e MARIA
EDITE DA COSTA SANTANA.

DATA DO REGISTRO DO CASAMENTO POR EXTENSO

Treze de agosto de dois mil e dez

DIA

13

MES

08

ANO

2010

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

ROSEILDE FRANCISCA DE SANTANA SANTOS (ela)

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Ato registrado no livro B AUX-15, às folhas 58, sob o nº
2678. Data da celebração de casamento: 7 de agosto de
2010.

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELA
Rua Boa Morte, 976 - Centro
CEP 13480-182 - Limeira - SP
Fone: (19) 3453-2623 / 3444-0220 / 3444-0220
João Francisco Barelli - Oficial

O conteúdo da certidão é verdadeiro, dou fé.

Limeira-SP, 19 de agosto de 2010

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de
Interdições e Tutelas da Sede

João Francisco Barelli
OFICIAL TITULAR

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS
Ana Lúcia de Oliveira Honório
Encarregada

Município e Comarca de Limeira - Estado de São Paulo



PROGRAMA

Bolsa Família

ROSEILDE FRANCISCA DE SANTANA SANTOS

12345108667 01



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE RIBEIRÓPOLIS - RIBEIRÓPOLIS - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 036103/2020

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 28/04/2020 11:29 Data/Hora Fim: 28/04/2020 11:55
Origem: Pessoa Física - Particular
Delegado de Polícia: Julio Figueiredo de Aquino

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Municipal de Ribeirópolis
Data/Hora do Fato: 08/02/2020 08:27

Local do Fato

Município: Ribeirópolis (SE)
Bairro: Povoado Queimadas
Logradouro: povoado queimadas

CEP: 49.530-000

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: AUTO LESÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: JOSE ALEX SANTOS (VÍTIMA, COMUNICANTE)

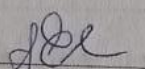
OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

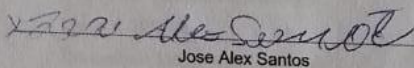
Nenhum Objeto Informado

RELATO/HISTÓRICO

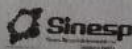
RELATA O NOTICIANTE QUE DA DATA E HORA ACIMA CITADO AO TRAFEGAR NA RODOVIA QUE LIGA ESTE MUNICÍPIO AO MUNICÍPIO DE APARECIDA E AO CHEGAR NAS IMEDIAÇÕES DO POVOADO QUEIMADAS COLIDIU COM UM VEICULO DE PLACA POLICIAL HZF0293/SE QUE VINHA NA DIREÇÃO CONTRÁRIA; QUE DA COLISÃO SOFREU LESÕES NA PERNA ESQUERDA E MÃO ESQUERDA CONF RELATORIO MEDICO EM ANEXO

ASSINATURAS


Luiz Eduardo Dos Santos
Agente de Polícia
Matrícula 303318
Responsável pelo Atendimento


Jose Alex Santos
(Vítima / Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Julio Figueiredo de Aquino
Impresso por: Luiz Eduardo Dos Santos
Data de Impressão: 28/04/2020 11:56
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 1

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE RIBEIRÓPOLIS - RIBEIRÓPOLIS - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 00036103/2020-A01

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 10/06/2020 09:52:10 Data/Hora Fim: 10/06/2020 09:52:10
Delegado de Polícia: Julio Figueiredo de Aquino

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade de Apuração: Delegacia Municipal de Ribeirópolis

Data/Hora do Fato: 08/02/2020 08:27

Local do Fato

Município: Ribeirópolis (SE)
Bairro: Povoado Queimadas
Logradouro: povoado queimadas

CEP: 49.530-000

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: AUTO LESÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: JOSE ALEX SANTOS (VÍTIMA, COMUNICANTE)
Nacionalidade: Brasileira Sexo: Masculino Nasc: 20/02/1983 Idade: 37
Profissão: Ajudante Geral
Estado Civil: Casado(a)
Nome da Mãe: Maria Albina dos Santos

Documento(s)

RG: 54497248-x
CPF: 053.626.465-16

Endereço

Município: São Miguel do Aleixo - SE
Logradouro: POVOADO VARZEA
Bairro: ZONA RURAL
Telefone: (79) 99998-0508 (Celular)

Nº: S/N
CEP: 49.535-000

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 053.626.465-16	Placa ECQ5789
Renavam 00118977300	Número do Motor KC08E18355712
Número do Chassi 9C2KC08108R355712	Ano/Modelo Fabricação 2008/2008
Cor AZUL	UF Veículo SE
Município Veículo São Miguel do Aleixo/SE	Marca/Modelo HONDA/CG 150 TITAN KS
Veículo Adulterado? Não	Situação Envolvido
Últim. Atualização Denatran 23/05/2016	Situação do Veículo NADA CONSTA
Nome Envolvido	Envolvimentos
Jose Alex Santos	Proprietário



Impresso por: Julio Figueiredo de Aquino
Data de Impressão: 10/06/2020 09:54:25

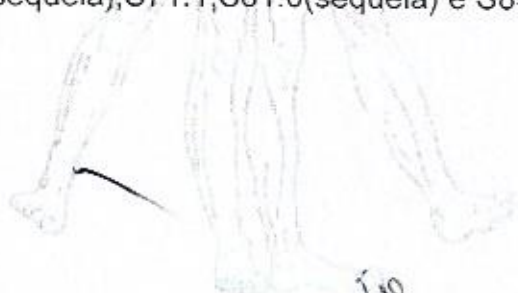
Página 1 de 2
PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos

Nome: Jose Alex Santos

RELATÓRIO e ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins de direito, que José Alex Santos, 37 anos, ajudante geral (material de construção), sofreu acidente de trânsito (moto), em 27/02/2020, no percurso para o trabalho, com lesão de partes moles da coxa E e joelho esquerdo, com perda de substância e exposição óssea e articular, e fratura exposta do 5º quirodáctilo Esquerdo. Atendido em emergência, submeteu-se à cirurgia de reparação no membro inferior esquerdo, e na mão esquerda. No momento apresenta grande e dolorosa cicatriz no joelho e coxa esquerda distal, com instabilidade lateral do joelho E, presença de cicatriz na mão esquerda e fratura consolidada viscosamente com desvio lateral do 5º quirodactilo esquerdo, com limitação funcional importante. O paciente encontra-se em tratamento.

CID10: S62.6 (sequela), S71.1, S81.0 (sequela) e S83.5 (sequela)



Aracaju, 19 de Agosto de 2020

Dr. Bráulio Costa Neto
Ortopedia-Fisioterapia
CRM 44.1305

ORTHO ORTOPEDIA E SERVIÇOS LTDA. EPP

Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 230 - B. São José - Tel. (79) 3218-6822 / 3218-6800 / 98871-0145

CEP 49015-230 - Aracaju-SE - C.N.P.J.: 02.365.918/0001-60

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: JOSÉ ALEX SANTOS

DATA DA ENTRADA: 08/02/2020

DATA DA SAÍDA: 11/02/2020

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS () ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE MOTOCICLETA, APRESENTANDO FRATURA DE FALANGE PROXIMAL DO 5º DEDO DA MÃO ESQUERDA, FERIMENTOS CURTO-CONTUSO MÃO MÃO ESQUERDA, INTERNAÇÃO AO SUSP 766 ALTA HOSPITALAR EM 11.02.2020

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

SUTURA REALIZADA NO HOSPITAL DE ORIGEM NA CIDADE DE M. S. DA BÓRJA - SERGIPE

EXAMES COMPLEMENTARES:

RADIOGRAFIAS DA MÃO ESQUERDA

MÉDICOS ASSISTENTES:

DR. FRAZÃO JASCONTELOS

DR. THIAGO JORGE SILVA LIMA

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO () ÓBITO () EVASÃO ()

ARACAJU, 24 de FEVEREIRO de 2020

Izack de Mendonça
CPF: 21.951.925-51
Médico
CRM/SE 1511

Izack de Mendonça
MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Izack de Mendonça
CPF: 21.951.925-51
Médico
CRM/SE 1511

No. DO BE: 422185
CNS:DATA: 08/02/2020 HORA: 08:27
SETOR: 02-CONSULTÓRIO ADULTO

USUARIO: MESILVA

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME : JOSE ALEX SANTOS DOC....: 0
IDADE.....: 36 ANOS NASC: 20/02/1983 SEXO...: MASCULINO
ENDEREÇO.....: RUA ALBERTO DE BRITO NUMERO: 0
COMPLEMENTO....: CASA BAIRRO: CASA
MUNICÍPIO.....: SÃO MIGUEL DO ALEIXO UF: SE CEP....: 49535-000
NOME PAI/MAE...: NAO CONSTA NO RG /MARIA ALBINA DOS SANTOS
RESPONSÁVEL....: O PRÓPRIO TEL....: 079
PROCEDÊNCIA....: SÃO MIGUEL DO ALEIXO-SE
ATENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAÚDE.....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLÍNICOS: Trauma Contato DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

em 08/02/2020 após colisão com moto-carro durante a manobra de hoje.
Anotações da Enfermagem: Neg a alergias.

DIAGNÓSTICO: Trauma Contato extenso Coxas.

PRESCRIÇÃO

HORARIO DA MEDICAÇÃO

1) Celestina 1g + AD, EV
2) Ceto profeno 1 amp > 100 ml SF 0,9% EV
3) Dipirona 01 amp
4) Vit H 01 amp IM

DATA DA SAÍDA: / /

HORA DA SAÍDA: . :

ALTA: [] DECISÃO MÉDICA [] A PEDIDO [] EVASÃO [] DESISTÊNCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATÓRIO

INTERNAÇÃO NO PRÓPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERÊNCIA (UNIDADE DE SAÚDE):

ÓBITO: [] ATÉ 48HS [] APÓS 48HS [] FAMÍLIA [] IML [] ANAT. PATOL

Assinatura do Paciente/Responsável

Assinatura e Carimbo do Médico

Dr. Francisco de Sales Santos
Solicito a avaliação do Cirurgião
geral em ci. cir.

Dr. Sydney Correia Leão
CRM-SE 4403
Clínica Geral/Patologia

MS/DATASUS

HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPE - HUSE

No. DO BE: 121751

DATA: 08/02/2020 HORA: 15:39 USUARIO: VDMSANTOS

CNS: SETOR: 05-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : JOSE ALEX SANTOS
IDADE : 36 ANOS NASC: 20/02/1983
ENDERECO : POVOADO VARZIA DO ENCHU
COMPLEMENTO : 705801494930631 BAIRRO: ZONA RURAL
MUNICIPIO : SAO MIGUEL DO ALEIXO UF: SE CEP : 49535-000
NOME PAI/MAE : /MARIA ALBINA DOS SANTOS
RESPONSAVEL : ESPOSA ROSEILDE
PROCEDENCIA : SAO MIGUEL DO ALEIXO-SE
ATENDIMENTO : ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL : NAO PLANO DE SAUDE : NAO
ACID. TRABALHO : NAO VEIO DE AMBULANCIA : SIM

DOC :
SEXO : MASCULINO
NUMERO :
TRAUMA : SIM

PA : [X] mmHg PULSO : [] TEMP : [] PESO : []

EXAMES COMPLEMENTARES : [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS : [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

Acidente de moto

DATA PRIMEIROS SINTOMAS : ___/___/___

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

Raio-x de mto (R) AP/obliquo

Fratura de falange proximal
do 5º dedo de mto (R)

Thiago Jorge Silva Lima
Ortopedia e Traumatologia
CRM 3790

DATA DA SAIDA: / /

ALTA : [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

HORA DA SAIDA :
[] EVASAO [] DESISTENCIA

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO : [] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

LMC + suture de lesão

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

Interconsulta EXAME DE RADIOLOGIA - HUSE

REALIZADO EM 08/02/2020

AS 15:48

Thiago Jorge Silva Lima
Ortopedia e Traumatologia
CRM 3790

RELATÓRIO DE TRANSFERÊNCIA

UNIDADE DE ORIGEM

HOSPITAL REGIONAL GOV. JOÃO ALVES FILHO - N. S.ª DA GLÓRIA/SE

UNIDADE PARA REFERÊNCIA

ENDEREÇO DA UNIDADE DE REFERÊNCIA

ESTAMOS ENCAMINHANDO O PACIENTE

SEXO

NASCIDO EM

MATRÍCULA

CUJO PROBLEMA DE SAÚDE NECESSITA DE UM TIPO DE ATENDIMENTO QUE ESTA UNIDADE NÃO OFERECE.

MOTIVO DA CONSULTA / IMPRESSÕES DIAGNÓSTICAS OU PROBLEMAS IDENTIFICADOS

Ferinte-uptin de salina mlaie si saruri (vizi
 no mlaie. 1/2 kg + CE, pentru de conservecie.
 mlaie sau saruri.
 (1) (1) (1) (1) (1) Ferinte sotate de saruri de
 300 g. in MIL (sulfat sature. Ferinte sotate
 cu 5% QDE.

ESTUDOS A QUE FOI SUBMETIDO O PACIENTE, SEUS RESULTADOS E CONDOTA ADOTADA (RESUMO DOS PRINCIPAIS ACHADOS DO EXAME CLÍNICO E DOS EXAMES COMPLEMENTARES REALIZADOS ANTES DA SOLICITAÇÃO DO ENCAMINHAMENTO)

Rx: Fracture of foliole proximal to
5th QDF

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

DATA DO ENCAMINHAMENTO

08, 02, 2008

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

SINISTRO 3200165757 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE ALEX SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO INVESTPREV SEGUROS E PREVIDENCIA

BENEFICIÁRIO JOSE ALEX SANTOS

CPF/CNPJ: 05362646516

Posição em 30-10-2020 11:26:01

Desculpe. No momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, [Clique aqui](#) e registre uma solicitação para que possamos checar mais detalhes sobre seu caso. Em até 72 horas, entraremos em contato.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
25/06/2020	R\$ 675,00	R\$ 0,00	R\$ 675,00



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

SÃO MIGUEL DO ALEIXO/COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO ALEIXO
Av. João Alves Filho, Bairro Centro, São Miguel do Aleixo/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202082300200

DATA:

30/10/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Considerando a distribuição, faço os autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

SÃO MIGUEL DO ALEIXO/COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO ALEIXO
Av. João Alves Filho, Bairro Centro, São Miguel do Aleixo/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202082300200

DATA:

15/11/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

RH Inicialmente, defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. 1. Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do pedido, havendo manifestado o autor desinteresse na realização de audiência de conciliação, abstenho-me de proceder à designação com fundamento no princípio da voluntariedade que rege a conciliação e mediação, comungando da opinião do ilustre processualista Alexandre Freitas Câmara, in Novo Processo Civil Brasileiro. Portanto, bastando, uma parte manifestar desinteresse falece eficácia à marcação do ato. 2. Assim, cite-se o réu, para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC. 3. Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitida a produção de prova.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
São Miguel do Aleixo/Comarca de Ribeirópolis

Nº Processo 202082300200 - Número Único: 0000195-95.2020.8.25.0071

Autor: JOSE ALEX SANTOS

Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

RH

Inicialmente, defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do CPC.

1. Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do pedido, havendo manifestado o autor desinteresse na realização de audiência de conciliação, abstenho-me de proceder à designação com fundamento no princípio da voluntariedade que rege a conciliação e mediação, comungando da opinião do ilustre processualista Alexandre Freitas Câmara, *in* Novo Processo Civil Brasileiro. Portanto, bastando, uma parte manifestar desinteresse falece eficácia à marcação do ato.

2. Assim, cite-se o réu, para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC.

3. Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitida a produção de prova.

4. . Em obediência ao princípio da economia processual e no intuito de conferir maior celeridade ao feito, determino que a Secretaria já deixe agendada a prova pericial judicial a ser realizada por expert, no Sistema de Controle Processual, na forma do art. 6º da Resolução nº 35/2006, do TJ/SE, para a elaboração de laudo pericial e verificação do quadro clínico em que se encontra a parte autora, **intimando-se** as partes para ciência desta decisão, além da data da perícia, bem como para que possam constituir assistente técnico e formular quesitos, ficando desde já consignadas as seguintes perguntas do Juízo:

a) O autor possui alguma incapacidade?

b) Em caso positivo, tal incapacidade é permanente ou temporária?

c) Em caso positivo, tal incapacidade é total ou parcial?

d) é possível precisar a data de início de tal incapacidade, bem como se ela foi causada pelo acidente automobilístico relatado pelo autor?



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉA CALDAS DE SOUZA LISA**, Juiz(a) de São Miguel do Aleixo/Comarca de Ribeirópolis, em 15/11/2020, às 17:25:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020002204222-92**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

SÃO MIGUEL DO ALEIXO/COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO ALEIXO
Av. João Alves Filho, Bairro Centro, São Miguel do Aleixo/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202082300200

DATA:

16/11/2020

MOVIMENTO:

Citação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

Citação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Cite-se o réu, para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

SÃO MIGUEL DO ALEIXO/COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO ALEIXO
Av. João Alves Filho, Bairro Centro, São Miguel do Aleixo/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202082300200

DATA:

16/11/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Citação Eletrônica do(a) Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. considerada em 16/11/2020, mediante consulta processual realizada por seu representante legal, referente ao movimento de Intimação, do dia 16/11/2020, às 13:08:13.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não